Bolsas
Na quinta-feira
0,61% São Paulo
2,19% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
171.336 — 166.376
16/11 17/11 18/11 19/11

Dólar
Na quinta-feira
R$ 5,934
(+1,15%)

Dólar	Últimos
12/novembro	5,586
13/novembro	5,654
16/novembro	5,776
17/novembro	5,782
18/novembro	5,866

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6,512

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,68%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

MERCADO DE TRABALHO

Decreto define regras para a nova jornada

Em discurso, Lula advertiu que órgãos devem estar preparados para enfrentar resistências à implantação da escala 5x2

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ARMANDO HOLANDA

O governo federal regulamentou, ontem, a transição da escala 6x1 para a 5x2 no mercado de trabalho brasileiro. O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece as regras da Emenda Constitucional 141, promulgada em outubro pelo Senado, que altera a jornada de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso semanal remunerado, sem redução salarial.

A implementação ocorrerá em duas etapas. A partir de 16 de dezembro de 2026, a jornada semanal será reduzida pra 42 horas. Em 16 de dezembro de 2027, o limite passará a 40 horas. O decreto também estabelece critérios para o cálculo do salário-hora durante a transição, preservando condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Segundo o governo, a medida deverá alcançar 36,5 milhões de trabalhadores. Do total de beneficiados, 14,8 milhões estão atualmente submetidos à escala 6x1. Outros 21,7 milhões já trabalham cinco dias por semana, mas cumprem jornadas de 44 horas. Esse segundo grupo também terá a carga horária reduzida gradualmente.

Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, Lula pediu que sindicatos, Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho preparem-se para lidar com possíveis conflitos e diferentes interpretações das novas regras. Para ele, a aprovação e a regulamentação da mudança não encerram o processo de implementação. "Mesmo tendo aprovado a PEC, mesmo tendo aprovado a lei, mesmo tendo regulamentado, nós ainda vamos ter um pouco de trabalho. E aí nós temos que nos preparar para fazer valer isso aqui", advertiu.

O presidente defendeu a redução da jornada como uma forma de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e argumentou que os avanços tecnológicos aumentaram os ganhos das empresas sem que os benefícios fossem proporcionalmente repassados aos empregados. "Todo mundo sabe que a qualidade de serviço de uma pessoa descansada é melhor em qualquer que seja a área, na área intelectual, na área pesada", afirmou.

O presidente também mencionou as dificuldades de quem enfrenta longas jornadas e ainda precisa passar horas no transporte público. Segundo ele, a combinação reduz o tempo disponível para a convivência familiar.

Durante o discurso, Lula defendeu ainda a oferta de transporte gratuito nos fins de semana para permitir que os trabalhadores aproveitem os dias de descanso e possam visitar familiares e realizar atividades de lazer. "Não adianta a gente dar dois dias de descanso e a pessoa, por falta de dinheiro, ficar dentro de casa dois dias", declarou.

o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, ressaltou que a ampliação do período de folga permitirá mais tempo para descanso, convivência familiar e lazer. Ele também mencionou a existência de modalidades específicas, como a escala 12x36, que terão regras próprias. "Exceção é exceção e regra é regra. A regra é dois dias de descanso", afirmou.

Produtividade

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu que a redução da jornada poderá elevar a produtividade das empresas e gerar benefícios para a economia e para o sistema público de saúde. Como exemplo, citou uma empresa que registrava até 24 faltas por dia e conseguiu reduzir as ausências por problemas de saúde após adotar a escala 5x2. "Ao aplicar a 5x2, a empresa consegue diminuir as faltas por motivo de saúde. Então, com a 5x2, ganham as empresas, ganha a economia e ganha o Sistema Único de Saúde", afirmou.

Marinho também mencionou dificuldades do setor supermercadista para preencher vagas. Segundo ele, um relatório do segmento apontou que 340 mil postos de trabalho não foram ocupados no ano passado. Para o ministro, a oferta de melhores condições de trabalho pode tornar as oportunidades mais atrativas para os jovens. "É porque o jovem quer trabalhar, mas eles querem ter mais oportunidade na vida", disse.

Marinho esclareceu que a mudança não significa interrupção das atividades econômicas aos fins de semana. Comércios, bares e restaurantes poderão continuar funcionando normalmente, inclusive durante 24 horas, desde que a organização das escalas assegure dois dias de repouso para cada trabalhador. "A atividade econômica precisará continuar funcionando 365 dias do ano, 24 horas por dia. O que deverá mudar é a organização das escalas de trabalho, garantindo dois dias de repouso para cada trabalhador e trabalhadora", explicou.

A distribuição das folgas poderá ser definida por meio de acordos coletivos em atividades que não consigam garantir os dois dias de descanso na mesma semana. Nesses casos, as oito folgas mensais deverão ser organizadas dentro do período de 30 dias, respeitando as condições estabelecidas na regulamentação. A regra geral, segundo Marinho, continua sendo a garantia de dois dias de descanso por semana.

A partir da próxima segunda-feira, o Ministério do Trabalho e Emprego começará a publicar portarias específicas sobre o repouso semanal e escalas em setores especiais, após reuniões com representantes dos setores produtivos e dos trabalhadores.

Mais tempo livre

Decreto prevê transição gradual para jornada de 40 horas semanais até dezembro de 2027 e garante dois dias de descanso remunerado, sem redução salarial

36,5 milhões
de trabalhadores serão alcançados pela mudança

14,8 mi
Trabalhadores que estão na escala 6x1

21,7 mi
Já trabalham 5x2, mas cumprem 44 horas semanais

COMO FICARÁ A JORNADA

16 de dezembro de 2026
42 horas
Limite de jornada semanal

16 de dezembro de 2027
40 horas
Limite de jornada semanal

NOVO CÁLCULO DA HORA EXTRA

Divisores por período de transição
- Até 15/12/2026 (jornada de 44h semanais): **divisor 220**
- A partir de 16/12/2026 (jornada de 42h semanais): **divisor 210**
- A partir de 16/12/2027 (jornada de 40h semanais): **divisor 200**

EXEMPLO PRÁTICO
Para um salário de R$ 3.000

- Divisor 220: R$ 3.000 ÷ 220 = R$ 13,64 (hora normal)
R$ 20,45 (hora extra de 50%)
- Divisor 210 (a partir de 16/12/2026): R$ 3.000 ÷ 210 = R$ 14,29 (hora normal)
R$ 21,43 (hora extra de 50%)
- Divisor 200 (a partir de 16/12/2027): R$ 3.000 ÷ 200 = R$ 15,00 (hora normal)
R$ 22,50 (hora extra de 50%)

Fonte: Governo Federal



> **Ainda vamos ter um pouco de trabalho. E aí nós temos que nos preparar para fazer valer isso aqui"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

MERCADO FINANCEIRO

Dólar se aproxima dos R$ 6

» RAPHAEL PATI

Pelo sexto dia consecutivo, o dólar comercial ficou mais caro, com forte avanço de 1,15%, passando a valer R$ 5,93. Houve, inclusive, uma intervenção do Banco Central, com a venda de US$ 1 bilhão em leilão à vista durante a tarde, um dia após ter realizado outros dois leilões de linha com o mesmo valor.

No mercado internacional, a moeda norte-americana apresentou relativa estabilidade ante outros pares, com uma leve alta de 0,03% do Índice DXY. O real é uma das moedas que mais se desvalorizou no mundo até o momento nesta semana, com uma queda de 4,88% ante o dólar, na cotação comercial. A moeda norte-americana também tem registrado um movimento de valorização, iniciado na semana anterior, após o resultado das eleições de meio de mandato no país, as midterms, além da possibilidade de alta dos juros e dados de inflação.

Internamente, há ainda a preocupação com a votação do PLP 299, que abre um espaço fiscal entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões, obtidos por meio de cortes de gastos e aumento da carga tributária sobre determinados setores. Ontem, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse estar confiante em uma votação tranquila do texto na Câmara dos Deputados. "Nosso cenário é de aprovação na Câmara, sem mudanças de mérito no texto, de maneira que esse texto não volte para o Senado Federal e ele possa ser rapidamente sancionado pelo presidente Lula", disse o ministro. Moretti fez elogios a Hugo Motta, que, segundo ele, tem se mostrado "muito sensível" à pauta fiscal. "(Ele) tem se colocado à disposição para ajudar em qualquer agenda que se refira ao processo de ajuste das contas, de equilíbrio das contas, assim como o presidente Davi Alcolumbre foi fundamental, também, nesse processo", acrescentou.

Nesta semana, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o PLP é o primeiro pacote de uma série de medidas que o governo deve tomar em prol das contas públicas e que novos projetos de ajuste fiscal devem ser apresentados em breve. Sem citar o colega de Esplanada, Moretti não descartou essas novas medidas, apesar de não ter detalhado o que poderia vir a mais nesses próximos textos.

"Há vários agentes de mercado dizendo que o cenário do resultado fiscal muda com esse projeto de lei e quaisquer medidas adicionais, a gente vai estar sempre pronto para tomar", acrescentou o ministro.

No mercado de ações, o Ibovespa registrou uma queda de 0,69%, aos 166.376 pontos. Na semana, o resultado é negativo para a bolsa, em 3,53% nos últimos quatro dias.

Posse na CNC

Mariana Campos/CB/D.A Press



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) empossou ontem a diretoria responsável pela gestão da entidade para os próximos quatro anos. José Roberto Tadros foi reconduzido à presidência da confederação para o terceiro mandato consecutivo. Ele foi eleito em setembro, com 28 votos favoráveis. A nova diretoria também conta com José Aparecido da Costa Freire, presidente do Sistema Fecomércio-DF, que assumiu o cargo de 2º vice-presidente nacional, com mandato até 2030. Na mesma solenidade, realizada em Brasília, foi inaugurado o complexo CNC José Aparecido da Costa Freire, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).